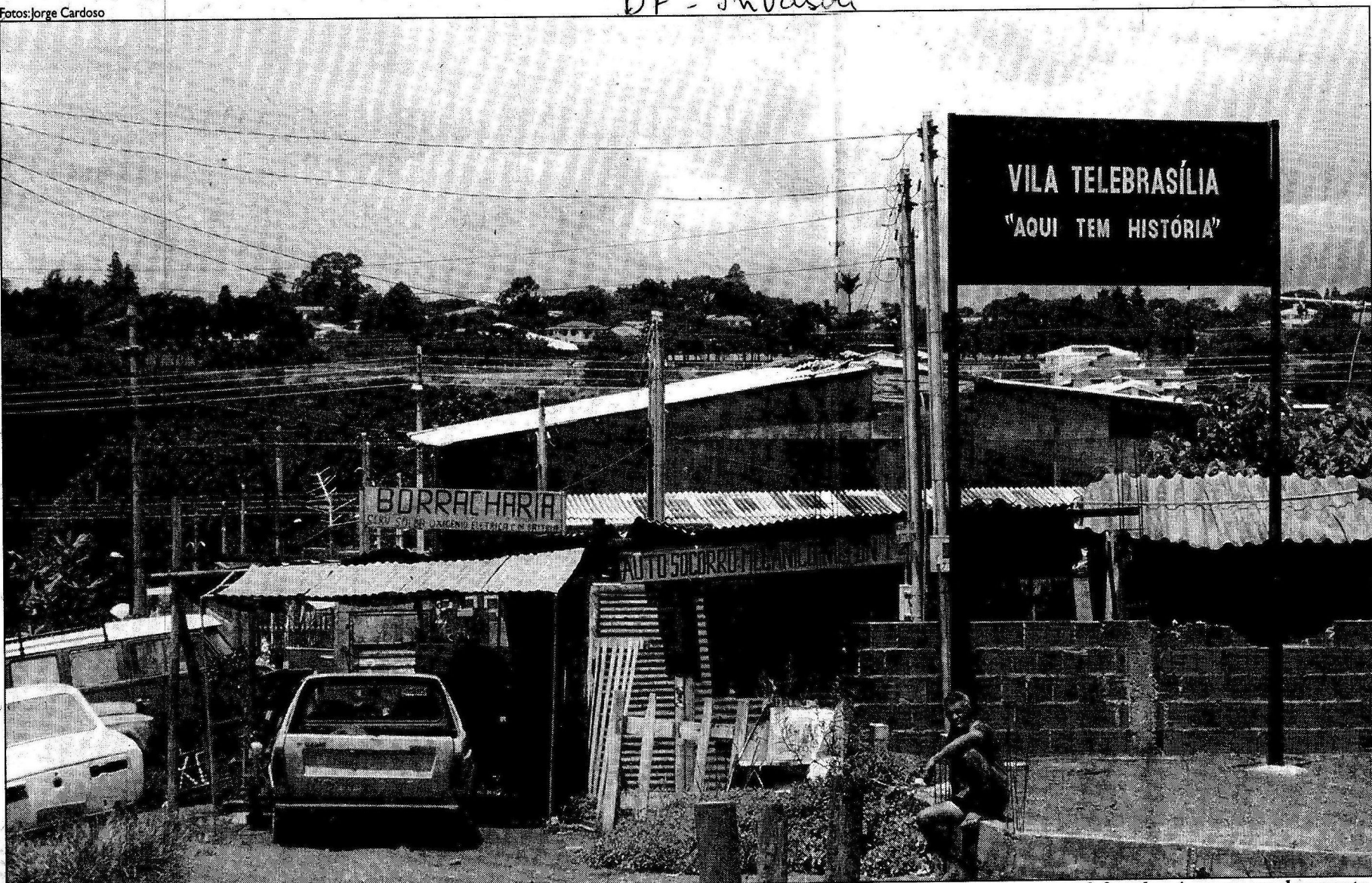


Fotos: Jorge Cardoso

DF - Invasão



Hoje, o acampamento da Telebrasil, que ocupa uma área pública tombada pelo Patrimônio Cultural da Humanidade, conta com telefone, luz, água encanada e esgoto

# Invasão com dias contados

**GDF quer remover famílias que moram na Vila Telebrasil. Moradores não aceitam transferência para Riacho Fundo**

Marcelo Rocha  
Especial para o Correio

Eles são vizinhos de embaixadores. Moram em área nobre de Brasília, na Avenida das Nações. Têm número de telefone no catálogo. Pagam a fatura da energia elétrica todo mês. Contam também com outros serviços, como água encanada e esgoto. À primeira vista, tudo em ordem. Mas só na aparência.

A Vila Telebrasil, no final da L2 Sul, é mais um capítulo da novela terras públicas do Distrito Federal. O GDF bate o pé e diz que vai remover todas as famílias que moram atualmente no acampamento. A presença, nos últimos dias, de fiscais do Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab) para a realização de um levantamento sócio-econômico é indício de que o governo reacende a questão.

Um pacto de silêncio, porém, tem sido a resposta de alguns moradores à investida do Governo. Aconselhados pela Associação de Moradores da Vila Telebrasil, eles têm-se negado a fornecer informações aos pesquisadores. "Eles (o GDF) querem é intimidar a gente, trazendo os fiscais e a polícia aqui", diz a dona de casa Maria Machado Meireles, de 68 anos.

Ela e o marido, o profissional liberal Francisco Danilo Ferreira Meireles, 65, estão na capital há 37 anos, todos vividos na Vila. Francisco Meireles, inclusive, foi contratado pela Novacap para trabalhar na construção de Brasília. Ele exibe à reportagem do Correio a publicação *Estes Construíram Brasília*, de

abril de 1960, onde seu nome aparece como um dos pioneiros. "Isso é um desrespeito à história da cidade", sentencia Francisco.

A remoção das famílias da Vila Telebrasil, tida como um reduto petista, parece ser uma questão de honra para a atual administração do GDF. No início do mandato, o governador Roriz já havia reafirmado o interesse em acabar com o acampamento — na campanha eleitoral ele mencionou a intenção.

A tese para a retirada dos moradores se sustenta na alegação de que a Vila ocupa uma área pública, tombada pelo Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 1992, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) emitiu parecer condenando a permanência das famílias no local.

"Reinvindicamos o direito de permanecer aqui justamente pelo caráter histórico", explica o presidente da Associação de Moradores, João Almeida, 37 anos, há 24 morador da vila. "Nossas raízes estão aqui." Almeida entende que o interesse do Governo no terreno é puramente especulativo.

## NÚMEROS DIVERGENTES

Na Associação de Moradores, o número estimado de famílias é 350. Esse número, segundo o líder comunitário, só não cresceu mais porque os próprios moradores mantêm vigilância para evitar invasões. Outra preocupação deles seria com a preservação da fauna e flora da margem do Lago Paranoá.

Pelos cálculos do Idhab, a



Os pioneiros Francisco e Maria Meireles moram em Brasília há 37 anos, todos vividos no acampamento

quantidade de famílias não é bem essa. Seriam 700. Tal estimativa baseia-se, segundo o presidente da instituição, João Carlos Medeiros, em foto aérea. Do total, apenas 263 — os remanescentes de 1993 (veja memória) —, teriam direito a lotes no Riacho Fundo I. As demais precisariam responder ao cadastro para se enquadrar na política habitacional do GDF.

João Medeiros afirma que impedir o trabalho dos pesquisadores só vai prejudicar os próprios moradores. "Eles estão ocupando uma área irregular. A pesquisa serve para orientar os

trabalhos de remoção", diz. As famílias não-remanescentes, segundo ele, teriam que se cadastrar para serem enquadradas na política habitacional da Secretaria de Habitação.

A dona de casa Maria Ferreira de Oliveira, 45 anos, não concorda com o pacto de silêncio sugerido pela Associação de Moradores. Ela, que não é pioneira, mas mora no acam-

pamento há 15 anos, não havia recebido qualquer fiscal até o meio-dia de ontem. "Falo o que eles quiserem mas não assino nada para o governador Roriz. Eu já morava aqui e ele nem em Brasília estava", indigna-se com

o descaso do GDF para com a história do lugar. Segundo o líder comunitário João Almeida, o GDF tem adotado diversas táticas para forçar a desocupação. Uma delas seria as notificações que os comerciantes vêm recebendo nos últimos dias da Administração do Plano Piloto sobre o funcionamento dos seus estabelecimentos comerciais. Pelas notificações, eles têm que fechá-los imediatamente.

Na Ordem dos Advogados do Brasil-DF, o entendimento é de que qualquer ação no sentido de remover os moradores da vila seria uma medida ilegal. "Existe uma lei (a Lei 161/91) que garante a posse e a permanência pacífica deles", afirma o advogado Jomar Moreno, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF. "Que se cumpra a lei", espera o casal de pioneiros.

**"REINVINDICAMOS O DIREITO DE PERMANECER AQUI JUSTAMENTE PELO CARÁTER HISTÓRICO"**

João Almeida,  
presidente da Associação de Moradores